



PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT	REVISTA DE GEOGRAFIA Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE	OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS
https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia		

As vivências na pesquisa, ensino e extensão na universidade: um caminho que pode levar até a pós-graduação *stricto sensu*

Anderson Oliveira Lima¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8057-6891>

¹ Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

Artigo recebido em 22/08/2024 e aceito em 31/05/2025

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir a importância das vivências na pesquisa, ensino e extensão para os estudantes que desejam ingressar em uma pós-graduação *stricto sensu*. Para ilustrar essa relevância, foram compartilhadas experiências pessoais vivenciadas no âmbito do tripé acadêmico durante a graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado da Bahia, Campus V, entre os anos de 2018 e 2023. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de compreender a formação do ensino superior no Brasil e seu funcionamento atual, bem como o papel do tripé da universidade e sua importância para o meio acadêmico e a sociedade. Também foi empreendida uma pesquisa documental a fim de identificar as principais políticas públicas criadas em prol do ensino superior, especialmente a partir da década de 1930, quando se criou a primeira universidade brasileira; como tais políticas funcionavam ou ainda funcionam e a importância de cada uma. Por fim, foi desenvolvido um relato de experiência com enfoque nas minhas vivências, determinantes para o meu ingresso como aluno regular no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Desse modo, constatou-se que, a partir das vivências no tripé da universidade, o estudante protagoniza uma formação cidadã com o potencial de torná-lo mais reflexivo, crítico e atento aos problemas econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e de outras ordens existentes no espaço geográfico.

Palavras-chave: ensino superior; tripé universitário; estudantes; vivências.

Experiences in research, teaching and extension at the university: a path that can lead to *stricto sensu* graduate studies

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of experiences in research, teaching, and extension for students who wish to enter a *stricto sensu* graduate program. To illustrate this relevance, personal experiences lived within the framework of the academic tripod during the bachelor's degree in Geography at the State University of Bahia, Campus V, between the years 2018 and 2023 were shared. As methodological procedures,

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: landerson.01@outlook.com

bibliographic research was carried out with the aim of understanding the formation of higher education in Brazil and its current functioning, as well as the role of the university's tripartite structure and its importance for the academic environment and society. A documentary research was also undertaken to identify the main public policies created in favor of higher education, especially since the 1930s, when the first Brazilian university was established; how such policies worked or still work and the importance of each one. Finally, a report of experience was developed focusing on my experiences, which were decisive for my admission as a regular student in the Academic Master's program of the Graduate Program in Geography at the Federal University of Bahia. In this way, it was found that, based on experiences in the university's tripod, the student plays a leading role in civic education with the potential to make them more reflective, critical, and aware of the economic, social, political, cultural, environmental, and other issues existing in the geographical space.

Keywords: higher education; university tripod; students; experiences.

Experiencias de investigación, docencia y extensión en la universidad: un camino que puede conducir a estudios de posgrado stricto sensu

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo discutir la importancia de las vivencias en la investigación, la enseñanza y la extensión para los estudiantes que desean ingresar a una posgraduación stricto sensu. Para ilustrar esta relevancia, se compartieron experiencias personales vividas en el ámbito del trípode académico durante la licenciatura en Geografía en la Universidad del Estado de Bahía, Campus V, entre los años 2018 y 2023. Como procedimientos metodológicos, se realizaron investigaciones bibliográficas con el fin de comprender la formación de la educación superior en Brasil y su funcionamiento actual, así como el papel del trípode de la universidad y su importancia para el medio académico y la sociedad. También se llevó a cabo una investigación documental con el fin de identificar las principales políticas públicas creadas en pro de la educación superior, especialmente a partir de la década de 1930, cuando se creó la primera universidad brasileña; cómo funcionaban o aún funcionan tales políticas y la importancia de cada una. Por último, se desarrolló un relato de experiencia con enfoque en mis vivencias, determinantes para mi ingreso como alumno regular en el Máster Académico del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Bahía. De este modo, se constató que, a partir de las vivencias en el trípode de la universidad, el estudiante protagoniza una formación ciudadana con el potencial de hacerlo más reflexivas, crítico y atento a los problemas económicos, sociales, políticos, culturales, ambientales y de otras índoles existentes en el espacio geográfico.

Palavras chave: enseñanza superior; trípode universitario; estudiantes; experiencias.

INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição secular caracterizada por ofertar o ensino superior aos diferentes membros da sociedade (jovens e adultos) que conseguem cumprir alguns requisitos. No Brasil, o ingresso nas universidades é permitido apenas para quem concluiu o Ensino Médio e consegue atingir determinada pontuação no vestibular (realizado por algumas universidades) e/ou no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Desse modo, é importante destacar que a quantidade de vagas ofertadas é limitada – sendo um fator que aumenta a concorrência entre os candidatos.

A característica essencial desta instituição é ser detentora do saber e guardiã do conhecimento, motor propulsor da história, ciência e da tecnologia. Em outras palavras, a universidade fomenta o

desenvolvimento científico, humano e social, e tem o dever de preparar seu alunado para atuar em diferentes campos profissionais e ter a capacidade de intervir na realidade do espaço ao seu redor, sempre de modo crítico e em prol do bem-estar coletivo. Além disso, todo o conhecimento por ela gerado deve estar acessível e disponível para a comunidade externa. Tais conhecimentos devem ser desenvolvidos tendo como pressuposto a solução de problemas enfrentados pela sociedade onde está inserida (Sieutjes, 1999; Serva, 2020).

Assim, para muitas pessoas, cursar determinada graduação representa um sonho a ser alcançado a partir de uma série de esforços, como por exemplo, preparar-se para atingir a pontuação necessária nos vestibulares e/ou no ENEM. Mas ao ingressar no mundo acadêmico, muitos estudantes se deparam com uma realidade diferente da que estavam habituados durante o ensino básico, sobretudo devido à existência de um tripé¹ constituído pelo ensino, pesquisa e extensão.

Apesar desse fato, muitos estudantes conseguem superar os desafios e desenvolver satisfação por estar vivenciando a dinâmica do ensino superior. Ainda no início da trajetória acadêmica, é comum passarem a almejar ingressar em uma pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) ao término do curso, principalmente para se tornarem professores universitários. Portanto, muitos enxergam as vivências no tripé universitário como um meio eficiente para conseguir alcançar tal objetivo, graças às possibilidades de obter aprendizagens e experiências que apenas a sala de aula não consegue proporcionar.

Nesse contexto, o presente artigo objetiva discutir a importância das vivências na pesquisa, ensino e extensão para os estudantes que desejam ingressar em uma pós-graduação *stricto sensu*. Para ilustrar essa relevância, foram compartilhadas as minhas experiências no âmbito do tripé acadêmico durante a graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, entre os anos de 2018 e 2023.

¹ Esse termo é utilizado para designar os três “pilares” que sustentam a universidade: ensino, pesquisa e extensão. Eles não podem ser dissociados, pois a ausência de qualquer um compromete o funcionamento do meio acadêmico e a sua relação com a sociedade. Em resumo, a pesquisa permite a produção de conhecimento, o ensino contribui para a formação de cidadãos críticos e a extensão, articulada ao ensino e a pesquisa, possibilita a disseminação dos conhecimentos desenvolvidos pela universidade (Sieutjes, 1999).

METODOLOGIA

A construção deste artigo, em primeiro lugar, demandou a realização de uma pesquisa bibliográfica, necessária para o desenvolvimento da discussão sobre a formação do ensino superior no Brasil e como se aplica na atualidade, assim como, o tripé da universidade e a sua importância para o meio acadêmico e a sociedade. Para esse propósito, foram analisadas diversas obras de autores que abordam esses temas, a exemplo do FORPROEX² (1987; 2006), Freire (1987), Gil (2002), Libâneo (2012; 2017), Marconi e Lakatos (2003), Mazzilli (2011), dentre outros.

Também se realizou pesquisa documental com o intuito de identificar as principais políticas públicas criadas em prol do ensino superior, especialmente a partir da década de 1930, com a criação da primeira universidade brasileira; como tais políticas funcionavam ou ainda funcionam e a importância de cada uma. Por conseguinte, foram examinadas a Constituição Federal de 1988 e um conjunto de leis, como as de números 19.851/1931; 5.540/1968; e a 9.394/1996.

Em função da necessidade de averiguar o quantitativo de instituições de ensino superior, cursos (de bacharelado, licenciatura e tecnólogo), programas (de mestrado e doutorado) e alunos matriculados neste nível, foram analisados os resultados do Censo da Educação Superior (2023), e as informações sobre cursos avaliados e reconhecidos, disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no seu sítio eletrônico.

Ademais, foi desenvolvido um relato de experiência sobre as minhas vivências no tripé da UNEB, Campus V, entre os anos de 2018 e 2023. As vivências incluem desde a participação em eventos até em projetos de ensino, pesquisas e de extensão.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A primeira universidade ocidental foi criada em Bolonha, Itália, no ano de 1808, a partir do início do ensino do direito romano por Pepone. A Universidade de Bolonha, como muitas outras europeias, tinha características semelhantes às escolas atenienses de Platão e Aristóteles, em que os estudantes se reuniam em volta de um professor para escutar reflexões sobre diferentes assuntos. Nas universidades medievais, havia três campos: as artes liberais, a medicina e a jurisprudência, que, no início, tratava apenas do ensino do direito romano ou civil (Manacorda, 2010 *apud* Serva, 2020).

² Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

Em 1810, um novo modelo de universidade foi criado por Humboldt, na Alemanha, a Universidade de Berlim, com a introdução da pesquisa científica como função inerente desta instituição, juntamente com o ensino (Mazzilli, 2011). Esse avanço ocorreu em um contexto marcado pelos desdobramentos da Primeira Revolução Industrial, que modificou drasticamente a economia e a sociedade, gerando novos desafios e agravando problemas preexistentes.

No caso do Brasil, diferentes autores debatem acerca da história do surgimento do ensino superior, a exemplo de Serva (2020), que recorre às ideias de Cunha (2007) e Oliven (2002). Cunha (2007) divide a história em quatro fases até a Era Vargas, sendo a primeira com início por volta de 1572, a partir da implementação do curso de Artes e Teologia (pelos jesuítas) no Colégio fundado na Bahia, em 1550. A segunda fase ocorreu após a expulsão dos jesuítas do território brasileiro. Consequentemente, 17 colégios foram fechados, incluindo os que ofertavam o curso de Artes e Teologia, dando lugar aos cursos superiores por frades franciscanos, em 1776, no Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro. A terceira fase tem início a partir da chegada da Família Real, que determinou a instalação do ensino superior em Salvador, resultando na criação da Escola de Cirurgia e Anatomia, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

Outra instituição criada foi a Escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (hoje, Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Por fim, a quarta fase ocorreu a partir da Proclamação da República – derivando a República Oligárquica, que se estendeu até 1930. Nessa fase, foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1930 (Cunha, 2007 *apud* Serva 2020).

Já Oliven (2002), conforme Serva (2020), também divide a história da educação superior em quatro períodos: República Velha (1889-1930); Nova República (1930-1964); os governos militares (1964-1985); e a redemocratização política (1985-2002). Sendo assim, o primeiro período iniciou quando a Família Real chegou ao Brasil, a qual criou as escolas já citadas de Salvador e do Rio de Janeiro. Para o presente autor, esse período foi marcado também pela criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (no início do século XX), da Academia Brasileira de Ciências (em 1916) e da Associação Brasileira de Educação (em 1924).

O segundo período perdurou de 1930 a 1964, tendo como principais acontecimentos a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Lei n.º 19.851/1931); da Universidade de São Paulo (USP – em 1934); da União Nacional dos Estudantes (UNE – em 1937); de 22 universidades federais, como

a Universidade de Brasília (UnB – em 1962); e da Lei n.º 4.024/1961 (Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN).

O terceiro período iniciou-se com o Golpe Militar de 1964, estendendo-se até 1985. Nessa ocasião, as universidades sofreram ataques por parte do governo, inclusive com a cassação de professores que se colocavam contra o regime, e houve a implementação da Reforma Universitária (Lei n.º 5.540/1968). Por sua vez, o último período prolongou-se de 1985 a 2002. Dentre os acontecimentos marcantes desse período, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Nova LDBEN (Lei n.º 9.394/1996), a criação do ENEM (em 1998) e da Lei n.º 10.260/2001 (que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior – FIES).

A partir de 2002, o ensino superior passou por mudanças que por um lado representam avanços rumo a sua democratização, a exemplo da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI – Lei n.º 11.096/2005); de novas universidades federais, como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2005; da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei n.º 11.892/2008); da Lei n.º 12.711/2012 (antiga Lei de Cotas); e da Lei n.º 14.723/2023 (nova Lei de Cotas). Por outro lado, algumas mudanças representam regresso, como as inúmeras tentativas dos governos de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2019) e de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) de desestruturar essas instituições, especialmente por meio do corte de verbas.

Atualmente, de acordo com a Nova LDBEN, o ensino superior abrange os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogos); cursos sequenciais por área do saber, de diferentes níveis de abrangência (formação específica ou complementação); cursos de pós-graduação, compreendendo programas *stricto sensu* (mestrado acadêmico e profissional; doutorado e pós-doutorado) e *lato sensu* (cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros), destinados a candidatos detentores de diploma em cursos de graduação e, que, cumpram às exigências das instituições de ensino; e cursos de extensão, ofertados a estudantes que atendam aos requisitos definidos pela instituição promotora.

Conforme o Censo da Educação Superior (2023), em 2023, existiam aproximadamente 2.580 instituições de educação superior, a saber: **205 universidades** (116 públicas e 89 privadas), **393 centros universitários** (9 públicos e 384 privados), **1.941 faculdades** (150 públicas e 1.791 privadas), **41 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia** e **Centros de Educação Tecnológica** (públicos). Essas instituições ofertavam cerca de 35.405 cursos presenciais de graduação (23.925 de bacharelado, 5.741 de licenciatura e 5.739 tecnólogos) e 10.554 à distância (3.446 de bacharelado, 2.145 de licenciatura e 4.963 tecnólogos).

O quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação no setor público era 2.069.130 (1.868.152 na modalidade presencial e 200.978 na modalidade à distância), enquanto no setor privado era 7.907.652 (3.195.349 na modalidade presencial e 4.712.303 na modalidade à distância). No caso da pós-graduação *stricto sensu*, de acordo com a CAPES (2024), existem 4.643 programas, que abrangem 7.245 cursos de mestrado e doutorado. Em 2023, tinham-se 319.973 estudantes matriculados, sendo 137.782 no mestrado; 129.772 no doutorado; 50.290 no mestrado profissional e 2.129 no doutorado profissional.

A IMPORTÂNCIA DO TRIPÉ DA UNIVERSIDADE PARA OS ESTUDANTES

A consolidação do tripé da universidade foi uma consequência do desenvolvimento e da expansão do ensino superior ao longo dos anos, uma vez que, em sua origem, a universidade se dedicava ao ensino. Apenas em 1810, a pesquisa foi inserida como função inerente desta instituição. A extensão, por sua vez, foi introduzida por volta do início da segunda metade do século XIX.

As experiências adquiridas por meio do tripé podem ser determinantes para quem objetiva seguir uma carreira acadêmica, pois todas as fases da pós-graduação são complexas; demandam diferentes habilidades e esforços. Por exemplo, para ingressar como aluno regular em programas de mestrado ou doutorado em algumas universidades públicas brasileiras, é necessário passar por um processo seletivo composto por etapas que variam conforme as normas de cada programa e/ou instituição. Geralmente, exige-se um (pré)projeto de pesquisa com tema e problema relevantes e bem formulados, além da capacidade do candidato em participar de uma entrevista ou defesa do (pré)projeto. Após a aprovação, é necessário cumprir a carga horária exigida (em disciplinas e atividades obrigatórias e complementares) e desenvolver e apresentar a dissertação no mestrado e a tese no doutorado.

Ensino

O ensino corresponde a um processo que envolve principalmente a interação entre o professor e o aluno, entretanto, o professor é o responsável por mediar essa interação, haja vista que seu dever é preparar aulas de modo planejado com início, meio e fim, de modo que condicione os alunos a assimilarem ativamente os conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções. Nesse processo, existem dois momentos indissociáveis: a transmissão e a assimilação de conteúdos e habilidades (Libâneo, 2012).

Durante a transmissão, o professor planeja os conteúdos e os explora de modo didático para que sejam assimilados, prevê as condições e os meios de aprendizagem, controla e avalia. Contudo, não pode ser desconsiderado que se ensina para que os alunos se apropriem de forma ativa e autônoma dos conhecimentos e habilidades. Já a assimilação é um movimento que depende das capacidades do professor, em transpor os conteúdos, e do aluno, em assimilá-los com os conhecimentos anteriores absorvidos e com a realidade em que está inserido (Libâneo, 2012). Em síntese:

O *ensino* é a atividade do professor de organização, seleção e explicação dos conteúdos, organização das atividades de estudo dos alunos, encaminhando objetivos, métodos, formas organizativas e meios mais adequados em função da aprendizagem dos alunos [...] O processo de ensino opera a mediação escolar de objetivos, conteúdos e métodos; sintetiza na aula a ação didática em sua globalidade, uma vez que operacionaliza objetivos gerais sobre o fundo objetivo das condições concretas de cada situação didática. (Libâneo, 2013, p. 99, grifos do autor).

Levando em consideração Freire (1987), durante esse processo, apesar de ser o mediador, o professor não é o detentor do conhecimento, como também os alunos não são meros receptáculos que devem ser preenchidos com diferentes conteúdos. Os alunos carregam consigo vivências e aprendizagens obtidas em outros momentos e espaços que podem agregar positivamente o desenrolar das aulas e ser novidades para o professor. Ou seja, na sala de aula há um processo caracterizado por ser uma “via de mão dupla”, denominado de ensino-aprendizagem, em que tanto o professor quanto os alunos quase sempre compartilham e absorvem novas aprendizagens.

Cada um tem o seu papel: ao aluno cabe atender as normas da instituição de ensino em que está matriculado, especialmente, cumprindo com suas obrigações e mantendo o respeito com todos; e ao professor educar para a cidadania, de maneira que seus alunos consigam ser capazes de intervir na realidade onde estão inseridos.

Conforme as ideias de Libâneo (2013), o professor deve: a) estimular o desejo e o gosto pelo estudo; b) mostrar a importância dos conhecimentos para a vida e para o trabalho; c) exigir atenção e força de vontade para realizar as tarefas; d) criar situações estimulantes de pensar, analisar, relacionar aspectos da realidade estudada nas matérias; e) preocupar-se com a solidez dos conhecimentos e com o desenvolvimento do pensamento independente; f) propor exercícios de consolidação do aprendizado e da aplicação dos conhecimentos.

No ensino superior, o professor, juntamente com a instituição de ensino onde exerce a sua profissão, deve fomentar e implementar um modelo de ensino vinculado à pesquisa e extensão, pois a partir dessa junção, a formação passa a ser contextualizada aos problemas e demandas da sociedade. Isto porque as atividades de pesquisa e extensão passam a ser entendidas como vitais ao processo de

ensino-aprendizagem, em que as vivências do/no mundo real são valorizadas, ou seja, a relação dialética entre teoria e prática. Para tanto, é exigido um redirecionamento dos tempos e espaços de formação, das políticas das universidades, como também das práticas atuais do tripé (Dias, 2009).

Mas nessas instituições, no caso dos cursos de bacharelado e tecnólogos, existem poucas opções de vivenciar, na prática, as atividades de ensino, com exceção da possibilidade de participar dos eventos científicos nas condições de ministrante de palestras e/ou minicursos. Nos cursos de licenciatura, as opções são mais abrangentes, com destaque para as disciplinas de estágio obrigatório supervisionado; o estágio não obrigatório; projetos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Residência Pedagógica (RP); e em eventos científicos. Por outro lado, na pós-graduação, essas atividades podem ser experienciadas durante o estágio (nas *stricto sensu*) e nos eventos científicos.

Segundo a Lei 11.788/2008, o estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular. O obrigatório é definido como tal no projeto do curso, em que a carga horária é requisito para a obtenção do diploma, enquanto o não obrigatório é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. O PIBID e a RP são iniciativas que integram a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e têm por finalidade proporcionar a inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica.

Uma das principais diferenças entre os dois programas é que o PIBID é ofertado para os estudantes na primeira metade do curso, sendo constituído pelos estudantes bolsistas e/ou voluntários, professor supervisor, coordenador de área e o coordenador institucional, enquanto a RP é ofertada na segunda metade, sendo formada pelos estudantes residentes, coordenador institucional, docente orientador e preceptor. Ambos são financiados pela CAPES, que oferta bolsas aos participantes.

Diante disso, as atividades de ensino vivenciadas pelos alunos tanto na sala de aula quanto nos espaços para além dela, especialmente sob a supervisão de um professor capacitado, são fundamentais para a formação e a futura profissão que será assumida por cada um. Como consequência, a sociedade acaba por ser beneficiada de diferentes formas, sobretudo a partir da inserção de profissionais qualificados para lidar com os diversos problemas urbanos, rurais, ambientais, dentre outros, que estão impactando, crescentemente, o planeta. Isso porque a participação nas atividades de ensino proporciona benefícios positivos, como o aumento da capacidade de pensamento crítico e identificação e resolução de problemas.

Pesquisa

Na concepção de Gil (2002), a pesquisa pode ser definida como o mecanismo racional e sistemático que tem a finalidade de fornecer respostas aos diversos problemas. Logo, é necessária quando não existem informações para responder a um determinado problema, ou quando as informações disponíveis estão desordenadas, não sendo possível relacioná-las adequadamente.

Nesse mesmo sentido, Marconi e Lakatos (2003, p. 155) entendem a pesquisa como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Para serem realizadas, demandam geralmente a elaboração de um projeto com uma estrutura composta por uma capa, problema, objetivos, justificativa, métodos e metodologia, embasamento teórico, resultados esperados, cronograma, orçamento, instrumentos de pesquisa e bibliografia.

A pesquisa, do ponto de vista da sua natureza, pode ser dividida em básica/pura e aplicada. A básica (envolve interesses universais) tem como intuito conceder novos conhecimentos para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, enquanto a aplicada (envolve interesses locais) objetiva proporcionar conhecimentos para a solução de conhecimentos específicos (Prodanov e Freitas, 2013).

Do ponto de vista dos objetivos, pode ser compreendida como pesquisa exploratória (quando visa aprimorar ideias ou a descoberta de hipóteses), descritiva (quando o pesquisador apenas faz o registro e a descrição das características de uma população ou fenômeno sem intervir sobre eles) e explicativas (quando se tem a intenção de explicar uma população ou fenômeno com base nos fatos observados) (Prodanov e Freitas, 2013).

Em relação aos procedimentos técnicos, são divididas em: a) pesquisa bibliográfica: elaborada a partir de material já publicado, como em livros e artigos; b) documental: baseia-se em materiais que não receberam nenhum tratamento analítico, classificados como fontes de primeira mão ou de segunda mão; c) experimental: caracteriza-se por manipular as variáveis relacionadas ao objeto de estudo, alcançando as suas causas e os efeitos; d) levantamento – *survey*: envolve a interrogação direta de pessoas cujo comportamento é desejado ser conhecido mediante questionário; e) de campo: abrange a observação de fatos e fenômenos no seu contexto de origem, a coleta de dados, análise e interpretação dos dados; f) estudo de caso: consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade visando entendê-los; g) *ex-post-facto*: o “experimento” é realizado após os fatos, ou seja, a análise de situações que se desenvolvem após um acontecimento; h) pesquisa ação: envolve a cooperação e participação entre o pesquisador e os

participantes em uma determinada situação; i) participante: definida pela interação entre pesquisadores e os membros dos fenômenos investigados (Gil, 2002; Prodanov e Freitas, 2013).

Sob a perspectiva do problema, a pesquisa pode ser dividida em quantitativa e qualitativa. A quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, por meio do uso de recursos e técnicas estatísticas (porcentagem, média, moda, dentre outros). Portanto, trata-se da tradução dos resultados de uma pesquisa em números. Já na qualitativa, os resultados não podem ser traduzidos em número, logo, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Nesse caso, o pesquisador investiga o seu objeto de estudo com base em evidências verbais e passíveis de observação, para posterior análise e descrição (Prodanov e Freitas, 2013).

Nas instituições de ensino superior, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar a pesquisa, a começar pelas disciplinas que costumam cobrá-la de diferentes formas, como nas discussões de sala de aula sobre temas diferentes, em que é necessário ter embasamento a partir das leituras recomendadas e extras; e para a realização das atividades, como por exemplo, seminários.

A pesquisa também é vivenciada quando os estudantes desenvolvem artigos e resumos para serem publicados em eventos científicos e revistas, a qualquer momento da graduação, com ou sem a supervisão de um professor; no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1988; e na elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC). Caso o estudante adentre na pós-graduação *stricto sensu*, a pesquisa também é vivenciada durante a construção da dissertação, no mestrado, e da tese, no doutorado. Nesta fase da formação, as cobranças em relação à relevância e qualidade dos resultados da pesquisa são maiores.

No caso do PIBIC, Segundo Bridi e Pereira (2004), os estudantes participantes se beneficiam por desenvolverem atividades de pesquisa e por receberem uma remuneração (atualmente, no valor de 700,00 reais mensais), ser orientados por um profissional qualificado e experiente em investigações científicas, dentre outras. Quem participa desse Programa “têm melhor desempenho nas seleções para a pós-graduação, terminam mais rápido a titulação, possuem um treinamento mais coletivo e com espírito de equipe e detêm maior facilidade de falar em público e de se adaptar às atividades didáticas futuras” (Moraes e Fava, 2000, p. 75).

Já o TCC, que faz parte da atividade curricular de grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu*), usualmente é cobrado em forma de monografia ou artigo – com capa, lombada, elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Para desenvolvê-los é necessário elaborar um projeto

de pesquisa conforme descrito anteriormente. O modelo do(a) artigo/monografia pode variar de acordo com as normas de cada instituição.

Nesse contexto, uma parcela das pesquisas realizadas pelos estudantes é financiada com os recursos próprios de cada instituição e/ou por meio de bolsas concedidas pela CAPES, CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa – presente em alguns estados brasileiros. Dentre as pesquisas financiadas, merecem destaque as que fazem parte do PIBIC (geralmente no valor de 700,00 reais mensais), as do mestrado (geralmente no valor de 2.100,00 reais mensais) e do doutorado (geralmente no valor de 3.100,00 reais mensais). O tempo de duração da bolsa varia de acordo com cada modalidade: as do PIBIC são pagas em 12 parcelas, as do mestrado em 24 parcelas e a do doutorado em 48 parcelas.

Extensão

Em uma tentativa de exibir uma definição do conceito de extensão universitária, constatou-se que a construída pelo FORPROEX (1987), durante o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, é uma das mais precisas. Esse evento ocorreu na UnB, no Distrito Federal, entre 04 e 05 de novembro de 1987, contando com a presença de 33 universidades públicas brasileiras, representadas pelos seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições. Sendo assim, foi concluído que a extensão:

[...] é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (FORPROEX, 1987, p. 11).

A partir disso, podemos concluir que a extensão é um importante elemento que deve ser implementado cada vez mais, ao lado do ensino e da pesquisa, para haver uma maior aproximação entre a universidade e a sociedade. Como consequência, aumentará a clareza do papel desta instituição, sobretudo para as pessoas influenciadas pelas ideias neoliberais. Em contrapartida, as demandas da sociedade poderão ser mais bem atendidas, inclusive com a resolução de problemas.

A extensão surgiu na Inglaterra, por volta de 1850, quando as universidades de Oxford e Cambridge implementaram um trabalho comunitário que visava atender às populações em rápido

crescimento, em áreas industriais urbanas (Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021). No Brasil, o primeiro registro oficial de extensão consta no Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. Mesmo após a aprovação da Primeira LDBEN e da Lei da Reforma Universitária, não houve alterações no entendimento a respeito desse elemento do tripé universitário, que versava sobre uma modalidade de curso, conferência ou assistência técnica rural, principalmente para quem não tinha diploma (FORPROEX, 2006).

A parte do texto da Lei da Reforma Universitária sobre a extensão foi influenciada pelas ações de duas iniciativas extensionistas: do Centro Rural de Treinamento e Ações Comunitária (CRUTAC), criado, em 1966, com o intuito de possibilitar aos estudantes das universidades públicas a atuação junto às comunidades rurais, engajados aos propósitos da política desenvolvimentista do governo federal; e do Projeto RONDON, criado, em 1967, com o objetivo de promover a integração nacional econômica e social, tendo em vista que a sua organização ficou a cargo do Ministério do Interior, ao invés do Ministério da Educação (FORPROEX, 2006; Serva, 2020).

A extensão passou a ser considerada como indissociável do ensino e da pesquisa somente quando houve a promulgação da Constituição Federal de 1988³, e, posteriormente, da Nova LDBEN, que estabelece a extensão como uma das finalidades da educação superior e as atividades extensionistas podem receber apoio financeiro do Poder Público, incluindo bolsas de estudo.

A partir de então, houve avanços no sentido da institucionalização da extensão, como o fortalecimento das ações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras⁴ (FORPROEX), criado em 1987; da ideia de curricularização⁵ da extensão, primeiramente no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010, e, em seguida, no PNE de 2014-2024, na sua estratégia 7 da meta 12 “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

³ A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é estabelecida no art. 207.

⁴ Desde a sua criação, tem contribuído de maneira ativa nos debates sobre a educação superior brasileira, respondendo aos desafios de integração dos aspectos social e científico nas universidades públicas. Além disso, tem exercido um importante papel como interlocutor junto às instâncias governamentais e outros setores da sociedade. Isso tem permitido um maior entendimento da importância que a extensão assume como um dos espaços de reflexão crítica, em prol do pensar e do agir das universidades (FORPROEX, 2012).

⁵ A curricularização da extensão, por um lado, faz parte da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, do outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade. A curricularização deve ser vista como uma atividade que necessita ser dialogada constantemente entre a comunidade acadêmica e a sociedade, com aberturas para aprender e ensinar, respeitando as diferenças intelectuais de cada grupo (Gadotti, 2017; Oliveira, Tosta e Freitas, 2020).

Além da existência do FORPROEX, o ensino superior conta também com outros dois fóruns dedicados à extensão: Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior (FOREXT) e o Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOREXP). Esses fóruns têm sido importantes para os avanços da redefinição das políticas públicas e das práticas institucionais relacionadas à extensão, como as contribuições para a “[...] confecção da minuta que deu origem à vigente Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu as Diretrizes para a Curricularização da Extensão Universitária [...]” (Serva, 2020, p. 98).

Mas dentre os fóruns, o FORPROEX tem ocupado uma posição de destaque, principalmente porque desenvolveu ações como a criação do Plano Nacional de Extensão (em 1998) e a Política Nacional de Extensão Universitária (em 2012), e a partir dele, os outros dois fóruns foram criados.

No ensino superior, a extensão pode ser vivenciada pelos estudantes de diferentes formas, quais sejam: eventos científicos, cursos, projetos⁶, entre outros. Nos eventos e cursos, os estudantes têm a oportunidade de convidar a comunidade externa para participar de uma ou mais modalidades disponíveis na programação, como minicursos e conferências. A partir disso, podem compartilhar os resultados de pesquisas e outros conhecimentos que serão importantes para a vida de todos. Por exemplo, em um evento sobre a agricultura familiar, por meio de um minicurso, os agricultores podem ser ensinados a explorar técnicas de produção mais eficientes e sustentáveis.

Em contrapartida, os convidados da comunidade externa podem apresentar novas demandas de estudos. Já nos projetos, os estudantes, juntamente com o orientador, podem desenvolver ações com essa mesma finalidade. Podem atuar de forma direta com a sociedade, com o propósito de compartilhar e absorver aprendizagens a partir de encontros planejados, assim como levantar demandas de problemas e apresentar possíveis soluções; mas existe a possibilidade de atuar de forma menos direta, como construir materiais ou produtos oriundos de pesquisa que de alguma forma terá impacto sobre a vida das pessoas, como cartilhas de orientação.

O desenvolvimento das atividades de extensão, realizadas de forma planejada, responsável e indissociável do ensino e da pesquisa, proporciona um conjunto de benefícios para a universidade e a sociedade, conforme já discutido. No âmbito das universidades, os estudantes são um dos mais

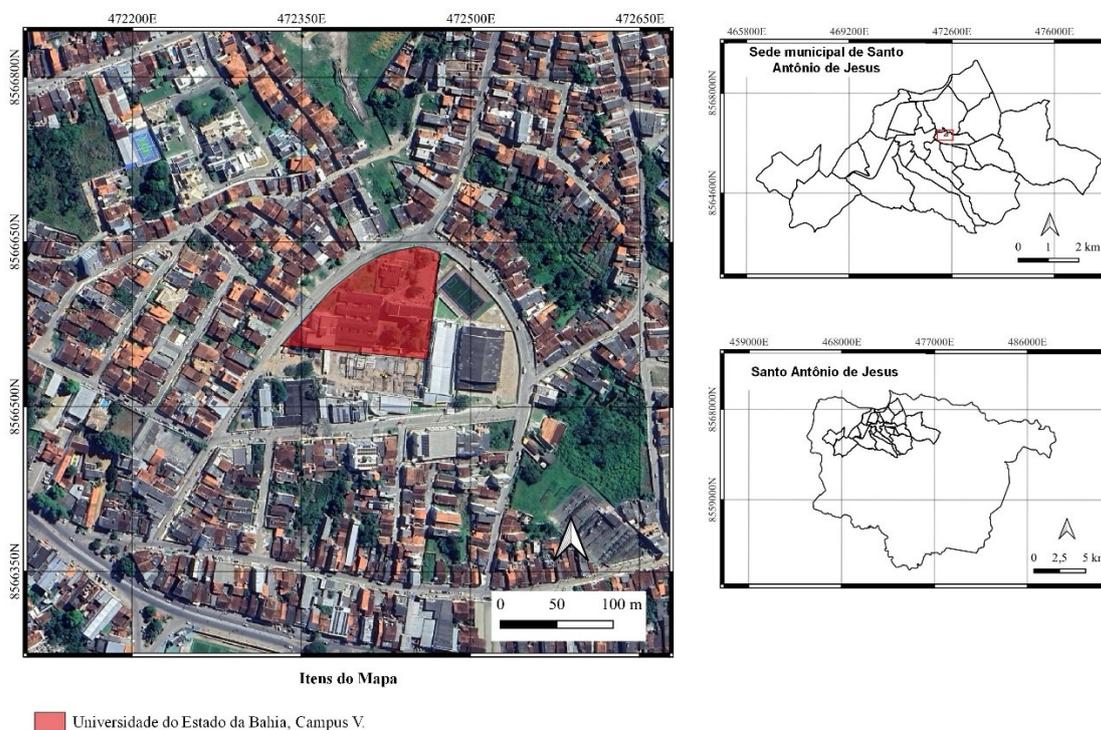
⁶ Geralmente, os estudantes recebem uma bolsa de 700 reais mensais ou podem se voluntariar. O tempo de duração das atividades é de 08 meses. O financiamento dos projetos é variável em cada instituição, mas uma parte dos projetos são financiados por agências/fundações/instituições públicas, como a CNPq e Fundações de Amparo à Pesquisa.

beneficiados, pois têm a oportunidade de ter uma formação mais cidadã, crítica e responsável; tornam-se mais atentos aos acontecimentos e mudanças ocorridos no espaço em sua volta; vivenciam a teoria e a prática, entendendo como estão interligadas; podem alcançar maiores rendimentos na área de sua formação; dentre outros.

AS MINHAS VIVÊNCIAS NO TRIPÉ DA UNIVERSIDADE

A UNEB, Campus V, localiza-se (Figura 1) na Rua Tenente Coronel Bandeira de Melo, s/n.º, Calabar, na sede do município Santo Antônio de Jesus-BA. Esse Campus possui sete cursos de graduação (Licenciaturas em Geografia; História; Letras, Língua Portuguesa e Literaturas; Letras, Língua Espanhola e Literaturas; Letras, Língua Inglesa e Literaturas; Pedagogia – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica; e Bacharelado em Administração), duas especializações (em Geografia e Desenvolvimento Territorial e em Gestão Estratégica e Negócios) e três mestrados (Profissional em Letras; Acadêmico em Tecnologias das Linguagens; e Acadêmico em História Regional e Local).

Figura 1 – Localização da UNEB, Campus V, 2025



Sistema de Referência de Coordenadas: SIRGAS 2000 / UTM zone 24S. Fonte de dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e Google Satellite. Data: 16/05/2025.

Fonte: O autor.

Vivências no ensino

Considerando que a minha graduação se tratou de uma licenciatura, tive a oportunidade de vivenciar o ensino de diferentes formas. As primeiras experiências nesse sentido aconteceram nas disciplinas do Eixo Formador Prática de Ensino⁷ e nos eventos científicos, depois nas disciplinas do Eixo Formador Estágio Supervisionado em Geografia⁸, e em um projeto de Residência Pedagógica.

Nas disciplinas de Prática de Ensino, vivenciei discussões teóricas relacionadas ao ensino de geografia na educação básica, ancoradas em autores como Paulo Freire e Libâneo, e situações práticas em ambientes externos à universidade. Dentre as vivências, destaco uma atividade desenvolvida em Prática de Ensino II, em que a turma foi dividida em equipe para analisar criticamente o projeto político pedagógico de alguma instituição da rede de ensino básico e entrevistar a sua gestão.

No caso da minha equipe, a instituição escolhida foi o Colégio Estadual Mandinho de Souza Almeida (CEMA), localizado na cidade de Conceição do Almeida–BA. Outra atividade importante desenvolvida foi durante a disciplina de Prática de Ensino III, que consistiu na elaboração de um projeto de intervenção para atender estudantes da rede básica. Mais uma vez, a equipe da qual eu fazia parte optou em realizá-la no CEMA, com o intuito de refletir sobre a importância da UNEB, Campus V, para o Território de Identidade Recôncavo do estado da Bahia, tendo como público-alvo os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio. As aulas e os resultados do último componente (Prática de Ensino IV) do presente eixo formador foram comprometidos pelas consequências da pandemia da *Coronavirus Disease 2019 (COVID-19)*.

Contudo, as aprendizagens teóricas e práticas obtidas na sala de aula e demais ambientes foram únicas e determinantes para a conclusão das disciplinas do eixo de Estágio Supervisionado em Geografia: Diversificado; em Espaços Não-Formais; e de Regência: a) Ensino Fundamental II; b) Ensino Médio.

Nos eventos científicos, as experiências relacionadas ao ensino foram obtidas em diferentes momentos da graduação, sobretudo quando realizei palestras e apresentei trabalhos. Nesses

⁷ É composto por quatro disciplinas: Prática de Ensino I, II, III e IV. Foram cursadas por mim ao longo do segundo semestre de 2018 (2018.2); 2019.1; 2019.2; e 2020.1, totalizando uma carga horária de 400h. A cada semestre foi ofertada uma disciplina de 100h.

⁸ De acordo com o art. 1 do Regulamento Setorial de Estágio de Geografia (2010), o Estágio Supervisionado constitui-se numa atividade curricular, pedagógica e acadêmica que objetiva a prática pré-profissional do/a discente oportunizando a vivência de situações reais de seu campo de trabalho e a articulação entre a teoria/prática, a pesquisa, extensão e o ensino. Desse modo, as atividades que compõem o Eixo Estágio Supervisionado em Geografia são iniciadas a partir do quinto semestre (após o estudante concluir o Eixo Prática de Ensino, de 400h, iniciado no primeiro semestre), perdurando no mínimo até o oitavo semestre.

momentos, foi necessário haver planejamento e compromisso para compartilhar conhecimentos – muitos deles resultantes de pesquisas. Assim, pude perceber que fazer isto não é uma tarefa fácil e demanda um conjunto de esforços e habilidades.

Por outro lado, nos componentes do eixo de Estágio, também pude desenvolver e participar de atividades, e absorver conhecimentos práticos importantes para a profissão docente, entre 2021.2 e 2023.1. Nos dois primeiros componentes do citado eixo, primeiramente, houve discussões teóricas atreladas ao ensino de geografia, desde os desafios da área até exemplos de metodologias que poderiam ser usadas. No segundo momento, tivemos que criar projetos de intervenções para serem implementados em ambientes não formais, porém não foram colocados em prática em função das consequências da *COVID-19*.

Todavia, os dois componentes finais do eixo puderam ser desenvolvidos de forma plena, já que conseguimos realizar os estágios conforme determinado pelo Projeto Curricular do Curso. No componente de Estágio de Regência: Ensino Fundamental II, realizei o estágio na Escola Municipal Hercília de Freitas Tinôco Andrade, entre 27 de setembro de 2022 e 29 de novembro de 2022, juntamente com uma colega, em uma turma do 7º ano, no turno vespertino. Já no Estágio de Regência: Ensino Médio, realizei o estágio no Colégio Estadual Dr. Rômulo Almeida, em uma turma do 3º ano, no turno matutino, entre 10 de abril de 2023 e 05 de junho de 2023. Essas duas instituições se localizam na cidade de Santo Antônio de Jesus.

O projeto de Residência pedagógica intitulado de “Ensino da Geografia: tecendo saberes e fazeres para uma educação emancipatória na Residência Pedagógica”, coordenado pela professora Dra. Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, começou a ser implementado em 16 de novembro de 2023, tendo 18 meses como tempo de duração. Era composto por 15 alunos bolsistas do curso de Licenciatura em Geografia, da UNEB, Campus V e três preceptores, sendo dois deles docentes do Centro Territorial de Educação Profissional do Recôncavo (CETEP), e uma do Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes, ambos também situados na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Cada preceptor foi responsável por um grupo composto por 5 bolsistas. No meu caso, deixei de fazer parte do projeto no dia 01 de agosto de 2023, após finalizar a graduação. Enquanto estava sendo bolsista, desenvolvi atividades no CETEP, juntamente com um grupo de 10 estudantes. Destes, cinco eram membros da equipe da qual eu fazia parte.

Nos primeiros meses da Residência (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro), fizemos atividades referentes ao planejamento, sobretudo a partir da realização de leituras sobre o ensino de

geografia na educação básica. A partir de fevereiro, começamos a participar das atividades, em especial, relacionadas às atividades complementares, que eram realizadas às terças-feiras, a cada 15 dias. Durante os encontros, diferentes assuntos eram discutidos: planejamento das atividades, comportamento dos alunos, realidade da comunidade estudantil, desafios em lidar com alguns alunos com problemas pessoais, dentre outros.

Dentre os principais resultados obtidos durante a experiência, merecem destaque o entendimento sobre como funciona o CETEP, aprendizagens sobre práticas pedagógicas que devem ser adotadas na sala de aula, desenvolvimento de projetos de ensino, participação em eventos organizados pela presente instituição e a construção de um material didático.

Vivências na pesquisa

Entre as atividades de pesquisas desenvolvidas durante a graduação, destaco as que foram realizadas em algumas disciplinas, como “Metodologia do Trabalho Científico” e “Metodologia da Pesquisa em Geografia”, as quais demandaram levantamentos bibliográficos e documentais, além de leituras e análises das obras e documentos encontrados; a participação voluntária em um projeto de pesquisa financiado pela UNEB, Campus V; a participação em dois projetos de Iniciação Científica (IC) na condição de bolsista; e a elaboração da monografia e artigos científicos.

O projeto de pesquisa que monitorei voluntariamente tinha como título “As condições de mobilidade e acessibilidade de ciclistas à linha 1 do metrô de Salvador: estudo de caso das Estações Acesso Norte e Retiro”. Foi coordenado pelo professor Dr. James Amorim Araújo, contou também com a participação de outro estudante, foi desenvolvido entre 11 março de 2019 e 31 de abril de 2020, e objetivou caracterizar as condições de mobilidade e acessibilidade de ciclistas no entorno das Estações Acesso Norte e Retiro da Linha 1 do metrô de Salvador, tendo como referência às diretrizes das Leis n.º 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), n.º 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) e o Plano Municipal de Mobilidade Sustentável do município de Salvador (2017). Os resultados da pesquisa foram divulgados por meio de um artigo com o mesmo título do projeto, publicado na Revista ComCiência, em 2020.

Os dois projetos de IC em que fui bolsista também foram coordenados pelo professor James Araújo, e contaram com a participação de outros estudantes. O primeiro deles tratou-se de uma continuação do projeto de pesquisa financiado pelo Campus V. Foi desenvolvido entre 01 de agosto

de 2020 e 31 de julho de 2021, muito por conta dos recursos financeiros disponibilizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Os resultados da pesquisa foram divulgados por meio de um artigo, ainda não publicado, e um resumo, publicado nos anais da XXV Jornada de Iniciação Científica da UNEB, em 2021.

Já o segundo projeto era intitulado de “Caracterização preliminar da mobilidade urbana em Santo Antônio de Jesus-BA: levantamento dos modos, as infraestruturas e as condições de transportes disponíveis à população trabalhadora periférica”. Foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNEB (PICIN), esteve vigente entre 01 de agosto de 2021 e 31 de julho de 2022, e objetivou caracterizar os modos, as infraestruturas e os circuitos de transporte disponíveis à população trabalhadora e periférica habitante das zonas leste e oeste da cidade de Santo Antônio de Jesus. Os resultados alcançados pela pesquisa foram publicados nos anais da XXVI Jornada de Iniciação Científica da UNEB, em 2022, e por meio de um artigo cujo título é “Caracterização preliminar do transporte público coletivo na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA”, publicado na Revista Estudo e Debate e no livro “Desenvolvimento territorial: uma contribuição geográfica ao planejamento municipal”, em 2023.

A monografia que desenvolvi como requisito final para a obtenção do diploma teve como título “A cadeia produtiva da castanha de caju no entorno do município de Santo Antônio de Jesus-BA”, e foi orientada pela professora Dra. Rocio Castro Kustner. O trabalho teve como objetivo geral caracterizar a cadeia produtiva da castanha de caju no município de Santo Antônio de Jesus. Foi publicado em formato de artigo na Revista Ensaios de Geografia, em 2024, com o título “Circuitos espaciais da cadeia produtiva da castanha de caju no entorno do município de Santo Antônio de Jesus”. Nesse contexto, os resultados dessa pesquisa serviram como base para a elaboração do meu projeto de pesquisa do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Por fim, destaco o desenvolvimento de outros artigos⁹: a) “A articulação entre as Vilas do Recôncavo Baiano nas lutas pela independência do Brasil na Bahia: o patrimônio cultural como testemunho”, publicado na Revista Estudos IAT, no ano de 2020; b) “Nosso mundo globalizado através do cinema à luz de David Harvey e Milton Santos”, publicado na Revista Estudos Geográficos, em 2021; c) “Violência Colonial em Frantz Fanon, James Baldwin e Spike Lee, publicado na Revista Interações: Sociedade e as Novas Modernidades”, em 2022; d) “Consequências da COVID-19

⁹ Os três primeiros artigos foram desenvolvidos e publicados de forma coletiva, enquanto os dois últimos foram publicados de maneira individual.

enfrentadas pelos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia, campus V”, publicado na Revista Nova Paideia, em 2022; e) “Vivências no contexto do Estágio Supervisionado em Geografia da Universidade do Estado da Bahia, Campus V”, publicado na Revista Nova Paideia, em 2024.

Vivências na extensão

Entre todos os elementos do tripé universitário, durante grande parte da minha graduação, a extensão foi o que mais tive dúvidas em relação à sua finalidade. As dúvidas só foram sanadas à medida que participei de alguns eventos científicos e quando passei a ser monitor voluntário do projeto de pesquisa e extensão denominado “Atlas escolar do município de Santo Antônio de Jesus–BA: espaço geohistórico, cultural e ambiental”, oficialmente entre março e novembro de 2020, sob a coordenação geral do professor Dr. Luis Cláudio Requião da Silva. Além disso, durante o citado período, o projeto contou com a participação dos professores Dr. André Luiz Dantas Estevam e Dra. Rozilda Vieira Oliveira, de outro estudante e de Neilton Argolo Andrade, gerente da Agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Santo Antônio de Jesus.

No que se refere aos eventos, pude compreender que a universidade tem o papel de identificar problemas enfrentados pela sociedade, investigá-los de modo apropriado e apresentar soluções, sobretudo por meio deles. O problema é que grande parte dos realizados pelo Campus V eram frequentados apenas pela comunidade interna, embora fossem divulgados em plataformas virtuais, como o *WhatsApp, Instagram e Facebook*.

A universidade precisa ter uma maior proximidade com a comunidade externa, principalmente para divulgar os resultados de pesquisas e apresentar as soluções encontradas para os problemas estudados. Também é imprescindível que a sociedade tenha interesse em ter ciência dessas informações, inclusive os indivíduos que fazem parte da administração pública.

Em relação ao projeto de pesquisa e extensão, objetivou elaborar um instrumento didático-pedagógico em forma de atlas escolar, que viabilizasse de forma sistemática, organizada e pragmática o acesso ao conhecimento sobre o município de Santo Antônio de Jesus, atendendo sobretudo estudantes e professores da rede básica de ensino, e graduandos do curso de Licenciatura em Geografia.

A construção do material foi dividida em quatro etapas, a saber: 1) realização de levantamentos bibliográficos e documentais, a fim de trazer uma base teórica que desse suporte a

elaboração e concretização do projeto, especialmente em órgãos oficiais do governo federal e estadual, tais como o IBGE; 2) observação *in loco*, com o propósito de buscar informações com relação à área de estudo, bem como levantar dados para possíveis problematizações; 3) sistematização dos dados coletados com o objetivo de produzir gráficos, tabelas e mapas temáticos; 4) organização do Atlas como um todo.

O Atlas está dividido em seis capítulos: 1) Contextualização regional; 2) O espaço urbano: história, infraestrutura e serviços; 3) O quadro natural; 4) As atividades econômicas; 5) A população; 6) Aspectos culturais. Após ser publicado, a sua versão digital foi disponibilizada no site da UNEB, Campus V, e alguns exemplares da versão impressa foram entregues à biblioteca do Campus e a algumas instituições escolares públicas do município.

A minha participação aconteceu durante a pandemia da *COVID-19*, logo, as atividades foram realizadas completamente por meio de plataformas digitais, como o *Google Meet*, *Microsoft Teams* e *WhatsApp*. Eram realizadas reuniões geralmente a cada 15 dias para discutir o que ainda era necessário ser feito para alcançar os objetivos do projeto. Nesse contexto, pude contribuir de diferentes formas: realização de pesquisas bibliográficas e documentais; obtenção de registros fotográficos para compor a capa dos capítulos do livro; produção de mapas, por meio do *software* de uso livre *Qgis*; organização e escrita do texto do material; dentre outras formas.

Em função da minha participação no projeto, pude estabelecer outras parcerias com o professor Luis Cláudio Requião, dentre elas a elaboração de dois artigos. O primeiro foi construído em 2020, para concorrer ao Prêmio Luiz Henrique Dias Tavares, promovido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, por meio do Instituto Anísio Teixeira. Sendo assim, conseguimos vencer o prêmio, publicando o artigo na Revista Estudos IAT, citado anteriormente. O segundo trabalho construído foi o artigo “Vivências do projeto de pesquisa e extensão Atlas geográfico escolar do município de Santo Antônio de Jesus–BA”, publicado nos anais do II Congresso de Extensão Universitária da UNEB, em 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do ensino superior é marcada por inúmeras lutas da comunidade acadêmica, juntamente com diversas entidades e agentes sociais e políticos, em busca de melhorias diversas, desde organizacional até estrutural das instituições; conquistas, como a democratização do ensino; e contribuições importantes para a sociedade, em especial a partir dos conhecimentos gerados e formação de profissionais para atuar de forma cidadã. No Brasil, podem ser citadas como acontecimentos relevantes a criação e implementação de algumas políticas públicas (citadas ao longo do texto). Embora muitas delas representem conquistas e avanços, foram e são passíveis de críticas por diversas razões.

Outro fato histórico marcante é a consolidação do tripé da universidade de forma indissociável. Nesse sentido, tomando como base as discussões realizadas neste trabalho e as ideias de Mazzilli (2011) e Santos (2012), podemos resumir que o ensino abrange o “já conhecido”, ou seja, os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, enquanto a pesquisa trata-se do “ainda não conhecido” (a produção de novos conhecimentos fomentada pelos problemas enfrentados pela sociedade) e a extensão trata-se da interação entre a universidade e a sociedade, isto é, o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos por meio das pesquisas, a intervenção nos processos sociais e a identificação de problemas que demandam novos estudos.

A partir das vivências no tripé, o aluno protagoniza uma formação cidadã com o potencial de torná-lo mais reflexivo, crítico e atento aos problemas econômicos, sociais, políticos, culturais, dentre outros, especialmente presentes no espaço onde está inserido; a capacidade de analisar, interpretar e tirar conclusões com base em dados; a capacidade de absorver e compartilhar conhecimentos; dentre outras. Portanto, o aluno é condicionado a desenvolver e aprimorar habilidades fundamentais para sua vida social e futura profissão, deixando de ser um mero acumulador de conteúdos adquiridos, na maioria das vezes, na sala de aula.

Por fim, conclui-se que a elaboração deste trabalho possibilitou desenvolver reflexões sobre o ensino superior, a universidade, o papel do tripé universitário e sua importância para os estudantes que almejam ingressar no mestrado e/ou doutorado. Também possibilitou apresentar um relato de experiência com enfoque nas minhas vivências, que modelaram o tipo de profissional e pesquisador que me tornei, e foram determinantes para que eu conseguisse adentrar, na condição de aluno regular, no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidente da República, [1988].

BRASIL. **Censo da Educação Superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [1931].

BRASIL. **Lei nº 010172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001].

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005].

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008].

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012].

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014].

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, [2023].

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1961].

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de dezembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1968].

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996].

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001].

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008].

BRIDI, Jamile Cristina Ajub; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **A Iniciação Científica na Formação do Universitário.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2004.

COLEGIADO DO CURSO DE GEOGRAFIA. **Regulamento setorial de estágio do curso de Geografia.** Santo Antônio de Jesus, BA: UNEB, Campus V, 2010.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos.** Disponível em: 2024. <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas.** 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DIAS, Ana Maria Iorio. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física,** Cristalina, GO, v. 1, n. 1, p.37-52, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.** In: Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1., 1987, Brasília: UnB, 1987. p. 11-18.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre: UFRG; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: FORPROEX, 2012.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire,** São Paulo, v. 15, n. 1-18, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Níveis e modalidades de educação e de ensino. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 343-370.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **RBPÆ**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 205-221, 2011.

MORAES, Flavio Fava de; FAVA, Marcelo. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-77, 2000.

OLIVEIRA, Carla Viviane Novais Cabral de; TOSTA, Marielce de Cássia Ribeiro; FREITAS, Rodrigo Randow de. Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. **Brazilian journal of production engineering**, São Mateus, ES, v. 6, n. 2, p. 114-127, 2020.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. *In*: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 31-42.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREIRAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 154-163, 2012.

SERVA, Fernanda Mesquita. **Educação Superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências.

SIEUTJES, M. H. S. C. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 3, p. 99-101, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Curricularização da extensão dos cursos de graduação da UEPG: apontamentos e orientações**. Ponta Grossa: UEPG/PROEX/PROGRAD, 2021.